

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
CURSO DE PEDAGOGIA**

Evelyn de Souza Silva Pires

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

Sorocaba/SP

2025

Evelyn de Souza Silva Pires

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para obtenção do Diploma de
Graduação em Pedagogia, da
Universidade de Sorocaba.

Orientadora: Profa. Ma. Albertina
Paes Sarmiento.

Sorocaba/SP

2025

Evelyn de Souza Silva Pires

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do Diploma de Graduação
em Pedagogia, da Universidade de
Sorocaba.

Aprovado em: 29/05/25

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Albertina Paes Sarmiento (Orientadora)
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior (Examinador)
Universidade de Sorocaba

Profa. Ma. Beatriz Elaine Picini Magagna (Examinadora)
Universidade de Sorocaba

AGRADECIMENTOS

Nós seres humanos possuímos muitos desejos, mas, por vezes nossos sonhos acabam dentro de uma gaveta para que possamos sobreviver ao mundo em que vivemos, porém jamais deverão ser esquecidos.

Todavia, fui ensinada de que há um Deus que cuida e zela por mim, então me agarro a esta fé e permaneço firme para conquistar e realizar os meus sonhos. Depois de muita batalha e sacrifício, é graças a Deus que chego à conclusão deste curso.

Agradeço imensamente as pessoas que me ajudaram a realizar este trabalho e realizar este sonho de fazer uma graduação.

A minha mãe (em memória), que dedicou a sua vida para cuidar e me ensinar a importância dos valores, nos quais passarei adiante. Que me incentivou a cada momento de minha vida com seus conselhos sábios.

A meu esposo e filho, que com todo amor, carinho, paciência e compreensão me deram forças para continuar estudando, dando total apoio a minha futura profissão.

Aos docentes que transmitiram seus conhecimentos com maestria e dedicação.

A minha orientadora que mediou este trabalho com muito amor e empenho.

Gratidão!

RESUMO

O século XXI está sendo marcado por inúmeros casos de crianças que possuem laudos médicos, sejam eles por transtornos ou déficits de aprendizagem, isto é, a medicina está cada dia mais especializada e empenhada em auxiliar na evolução do desenvolvimento cognitivo e motor dessas crianças. Esta evolução também adentra nas escolas, dando origem ao conceito de educação inclusiva, sendo criadas leis que amparam as crianças para que elas possam ter um ensino aprendizagem qualitativo e eficaz, sendo melhor acolhidas pelas instituições de ensino. Na prática, porém, os docentes possuem diversas dificuldades para equiparar este ensino, seja por falta de recursos materiais e curriculares para adaptar as atividades pedagógicas, de um melhor auxílio dos gestores na intermediação de conteúdos, cursos para aprimorar o conhecimento dos mesmos e também propor estratégias para melhorar a relação entre escola e família. Portanto, para o entendimento do cenário atual optamos por fazer um estudo de caso embasado pelos estudos de Maria Teresa Égler Mantoan, David Paul Ausubel, Henri Wallon entre outros, que tratam de questões relacionadas ou que podem ser incluídas no conceito de aprendizagem significativa, para um melhor embasamento na compreensão e entendimento deste problema. Na junção dos conceitos a serem empregados unidos as experiências relatadas no estudo de caso da aprendizagem dos estudantes laudados, não são esperadas apenas medidas de equiparação, mas o aumento da confiança de todos neste processo de melhoria, o que acarretará em um ambiente mais seguro para a criança, que terá mais confiança em melhorar e conquistar uma melhor aprendizagem.

Palavras-chave: educação inclusiva; aprendizagem significativa; família; escola.

ABSTRACT

The 21st century has witnessed a growing number of children with medical diagnoses, including developmental disorders and learning disabilities. In response, the field of medicine has become increasingly specialized and committed to supporting the cognitive and motor development of these children. This advancement has extended into the educational environment, giving rise to the concept of inclusive education. As a result, legislation has been enacted to ensure that students receive a high-quality, effective learning experience while being better supported by educational institutions. However, in practice, teachers face numerous challenges in implementing inclusive education. These challenges include a lack of material and curricular resources, limited managerial support in content mediation, insufficient training opportunities, and the need for strategies to improve the relationship between school and family. In order to better understand the current context, this study presents a case analysis based on the theories of Maria Teresa Égler Mantoan, David Paul Ausubel, and Henri Wallon, among others, whose contributions relate to the concept of meaningful learning. The integration of these theoretical perspectives with the practical experiences observed in the case study of students with formal diagnoses aims not only to propose equitable educational measures but also to build trust in the improvement process. This will contribute to creating a safer and more supportive environment for students, fostering their confidence, development, and academic success.

Keywords: inclusive education; meaningful learning; family; school.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	9
3	ESTUDO DE CASO E RELACIONAMENTO ESCOLA-FAMÍLIA	14
3.1	Aprendizagem significativa e a afetividade.....	16
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A educação em termos gerais, sempre se constituiu em um grande desafio, seja para docentes e discentes. Com o avanço nos conhecimentos sobre os transtornos e déficits de aprendizagem, que os afetam nos mais diversos aspectos, sejam motores, sociais e cognitivos, este problema se tornou ainda maior, pois criou-se a necessidade de um melhor acolhimento destes, bem como a necessidade de criação de estratégias para equiparar o conhecimento e aprendizagem com os demais, gerando o conceito de aprendizagem significativa.

Porém, outro grande desafio nesta questão é a parceria da escola com a família do estudante, pois ainda existe grande desconhecimento com relação aos transtornos e déficits e até certo preconceito com relação ao tema, muitas vezes desmotivando-as.

Sendo assim, será apresentado um estudo de caso, baseado em minhas experiências como estagiária em uma Escola Municipal da cidade de Sorocaba, aliados à pesquisa de autores que possam contribuir com o tema, como Henri Wallon, Maria Tereza Eglér Mantoan e David Paul Ausubel. Serão abordadas também, propostas vivenciadas para melhorar tanto a aprendizagem significativa, como engajar as famílias, tornando-as mais conscientes de seu papel neste processo, beneficiando os estudantes.

A aprendizagem significativa tornou-se uma questão premente quando se trata de crianças com alguma dificuldade ou deficiência cognitiva, que afeta sua aprendizagem, podemos notar que cada vez mais autores citam esta temática por ser algo relativamente novo, uma vez que há pouco tempo atrás, crianças consideradas “especiais” eram de certa forma isoladas do convívio com as demais, sequer indo à escola em muitos casos.

A grande dificuldade para o docente em uma sala de aula já repleta de alunos ditos “normais” com comportamentos e valores diferentes, é a equiparação do ensino-aprendizagem e diversidade. Caso não haja uma parceria estreita entre escola e família, torna-se praticamente inviável a inclusão de alunos portadores de transtornos ou necessidades especiais. Podemos perceber que este assunto ainda é um tabu para muitas famílias, das quais pela própria falta de estrutura, seja intelectual, emocional,

financeira ou falta de percepção de direitos e deveres, acabam negligenciando o desenvolvimento global da criança, pois existem leis que amparam as mesmas, sendo imprescindível que a família busque auxílio nos órgãos governamentais, possibilitando a criança um ensino igualitário e eficaz, em que se sinta pertencente ao ambiente escolar, que muitas vezes é como um segundo lar para ela.

Trata-se também de um tema relevante quando falamos em educação e principalmente se atentarmos ao fato de que é cada vez maior a quantidade de crianças laudadas em instituições de ensino. Isto reforça a necessidade de tratarmos deste tema, tão atual, mas ainda com tanto a ser desenvolvido e explorado, pois temos ainda o preconceito e a falta de informação como barreiras a serem quebradas, para que de fato, o ambiente escolar acolha igualmente a todos.

Diante desta grande dificuldade enfrentada no meio educacional atual existe o questionamento: Como estreitar os laços entre escola e família para que estudantes com transtornos ou déficits tenham uma aprendizagem realmente significativa? Surge assim, a necessidade de aprimorar a aprendizagem significativa e buscar um melhor relacionamento entre família e escola.

O estudo de caso visa compreender de forma mais tangível as especificidades dos casos de estudantes que apresentam algum déficit de aprendizagem, seja ou não por laudo médico. E, qual o engajamento que as famílias têm dedicado aos estudantes para que os mesmos possam se desenvolver em todos os aspectos.

Com isso, os estudantes podem se sentir mais confiantes e melhor acolhidos pelas instituições de ensino, além de proporcionar a inclusão destes alunos, integrando-os aos demais. Também visa melhorar o relacionamento das famílias com as instituições de ensino, fazendo com que aconteça uma parceria efetiva entre as partes garantindo a qualidade de ensino na vida escolar e social do estudante.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação brasileira é democrática, ou seja, todos possuem o direito de se expressar, de forma que também se refere aos alunos. Vivemos em uma era onde o tradicionalismo não é bem visto, pelo menos para a grande maioria da população, dando lugar ao construtivismo, no qual o professor é o mediador, auxiliador e transformador de saberes e com isto, os estudantes conseguem construir por si só e entre pares o seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social.

Outro fator que vem ganhando espaço, que é de suma relevância no sistema educacional é a educação inclusiva. Fazendo com que as instituições escolares repensem os conceitos e teorias de como incluir e integrar os estudantes no âmbito educacional e no currículo pedagógico, para que os mesmos consigam adquirir além dos conhecimentos pedagógicos, uma aprendizagem significativa.

A inclusão escolar é um direito inalienável que transforma a escola e a sociedade, sendo assim, um processo mais radical e transformador, que permite a integração dos estudantes tanto no sistema escolar quanto com o meio em que vive. Assim, a escola tem um papel fundamental no reconhecimento de um currículo que contemple uma vasta gama de problemas e soluções, fazendo com que de fato haja, diversidade (Mantoan, 2004).

Segundo a Constituição Federal de 1988, o artigo 205 afirma que “A educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, no artigo 206, garante “A igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Mas isto contempla a educação inclusiva? O artigo 208 cita a garantia de “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Entretanto, dada a época de sua promulgação, podemos entender como algo que separe os alunos entre “normais” e “especiais”, conceito antagônico ao que temos nos dias atuais, o que criou a necessidade de adequações da lei com o passar do tempo e com a evolução do tratamento das condições especiais de cada estudante.

Desta forma, em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N° 9.394) contempla uma seção dedicada apenas para a educação especial, dando enfoque aos serviços especializados na escola regular e também da qualificação de professores para atender os alunos “especiais”, mas ainda com um

conceito “segregacionista”, com intuito de continuar separando os estudantes, sem propor a integração dos mesmos com os demais.

A educação Inclusiva foi contemplada de forma mais abrangente a partir de 2008, quando foi estabelecida a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que revisitou a história da inclusão na educação nacional para criar “políticas públicas promotoras de educação de qualidade para todos os alunos”. Foi criado também o Decreto N°6.571 de 2008 que institui o “Atendimento Educacional Especializado” (AEE), sendo revogado pelo artigo N° 7.611 de 2011, que ampliou sua abrangência. Este, elenca as atividades e recursos pedagógicos para apoio aos alunos com déficits e transtornos em regime de contra turno, visando auxiliá-los no seu desempenho quando em sala de aula com os demais estudantes, conceito em uso até os dias atuais, mesmo que necessitando de melhorias e ajustes.

Mas será que a gestão escolar e o corpo docente das instituições de ensino estão preparados para mudanças? Na qual terão que pesquisar, atualizar sua formação profissional, buscar recursos e materiais pedagógicos, trabalhar em equipe multidisciplinar e achar meios para que a família dos estudantes participe da comunidade interna da escola. O sucesso só é adquirido quando todos se unem para um bem maior, que é a evolução da aprendizagem significativa dos estudantes.

Para um entendimento de como ocorre a aprendizagem, os docentes precisam conhecer métodos e conceitos de neurociência. Como uma criança aprende? Como o seu cérebro interliga o que já foi aprendido com os novos conhecimentos? Como funciona a parte neurológica de um ser humano? Para isto, o autor Vitor da Fonseca (2009, p. 58) nos mostra a importância de compreender a cognição e sua estrutura, como veremos abaixo:

A prática educativa não pode, portanto, ser alheia ao papel da teoria da cognição e da neuropsicologia, na medida em que ela envolve a aprendizagem de novas informações e a promoção de resolução de problemas. Ambas nos ajudam a compreender a complexidade da aprendizagem, especialmente quando consideramos a integração do conhecimento existente ou a construção e utilização de um novo.

Desta forma, é necessário romper com os paradigmas em torno da educação inclusiva, sejam eles, a falta de estrutura nas escolas, a falta de profissionais qualificados, a falta de parceria das famílias que possuem filhos (as) com alguma deficiência, transtornos ou déficits de aprendizagem, etc. e buscar alternativas para

que realmente a diversidade humana, seja ela, cultural, social, religiosa entre outros, seja de fato contemplada. O novo sempre traz receio e medo, mas a mudança precisa ser feita para que novos saberes ocorram. Para evidenciar este conceito, a autora Mantoan (2004, p. 19-20) explicita esta relevância: “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Com o avanço da informação e do conhecimento como um todo, principalmente o da medicina, fez com que estudantes que anteriormente eram simplesmente banidos do ambiente escolar ou meramente “segregados”, recebessem um tratamento diferente pelos órgãos tanto de saúde como educacionais. Isto fez com que a visão sobre o tema mudasse conforme o tempo e novos transtornos e déficits fossem descobertos e compreendidos por um prisma diferente. Mais do que isto, tornou-se necessário integrar estes estudantes aos demais, conceito atualmente chamado de “educação inclusiva”.

A educação inclusiva consiste em integrar os alunos que possuem transtornos ou déficits aos demais. Este desafio se torna maior em um país como o nosso, com as velhas deficiências educacionais citadas no parágrafo anterior.

De qualquer forma, é preciso ter um olhar diferente a cada estudante, tratando com individualidade cada caso e não dividindo os estudantes apenas em grupos diferentes, de acordo com sua limitação. A educação inclusiva deve fazer com que toda uma estrutura educacional possa mudar, desde a infraestrutura necessária para receber este aluno, desde o correto treinamento do profissional de educação, adaptação curricular e mudança de mentalidade de todos os envolvidos no processo. Além destas questões, deve estreitar os laços entre as instituições de ensino e as famílias. É primordial criar um engajamento e fazer com que as mesmas compreendam que os transtornos e déficits podem ser trabalhados e tratados em prol do estudante, quebrando velhos paradigmas, pois estes estudantes são vistos muitas vezes com preconceito ou desconhecimento pelo fato de muitas destas famílias serem totalmente desprovidas de condições básicas tanto financeira, social e intelectual.

A escola, como um todo, não apenas os professores, tem a responsabilidade de orientar as famílias e conscientizá-las sobre seu papel fundamental, tão ou até mais importante do que o desempenhado pela instituição de ensino. É essencial que haja uma continuidade entre o progresso do aluno na escola e o estímulo recebido em

casa, garantindo o direito ao desenvolvimento cultural e social, que serão pilares para sua formação profissional no futuro.

Porém, na prática, como ocorre o processo de inclusão escolar? Inicialmente, é necessário compreender que existem dois processos distintos quando falamos de educação inclusiva: Os conceitos de integração e inclusão Mantoan (2004, p. 24), ressalta, “O objetivo da integração é inserir um aluno, ou grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”.

Fazer com que alunos laudados, sejam de transtornos ou déficits estejam em uma mesma sala de aula com os demais estudantes, não garante que todos terão o mesmo desenvolvimento. A inclusão trata justamente de adequar currículos, métodos dos profissionais de ensino, muitas vezes alocando até profissionais adicionais além do docente regente de sala, tudo isto visando equiparar conhecimentos, de forma a todos os alunos terem o seu desenvolvimento e aprendizado garantidos. Assim, Mantoan (2004, p. 67) enfatiza também que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará convenientemente as possibilidades de cada um.

Isto reforça que as mudanças para que de fato ocorra a inclusão, devem ser desde o projeto político pedagógico, passando por alteração curricular e até dos métodos de avaliação, respeitando sobretudo o ritmo de aprendizado de cada um e mesmo em classes numerosas, procurando ensinar de forma individualizada, com base no conhecimento de cada um, porém, sem que nenhum estudante trabalhe de forma isolada.

Segundo Mantoan (2004), algumas estratégias podem facilitar a inclusão educacional, como: trabalhos colaborativos, nos quais os estudantes se auxiliam mutuamente nas tarefas em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento coletivo e reformas na gestão da instituição de ensino, promovendo reuniões constantes entre coordenadores, diretores, supervisores, pais e o corpo docente. Essas reuniões visam criar autonomia para que a instituição implemente mudanças necessárias em sua estrutura, desde as instalações físicas até os aspectos pedagógicos, com o objetivo de proporcionar um maior acolhimento aos estudantes.

Mantoan (2004, p.70), traz também o conceito de “Ensinar a turma toda, sem exceções e exclusões”, no qual reforça que para uma inclusão eficiente é necessário

que a diferença no que é ensinado seja percebida pelo aluno e não pelo professor, e que isto pode ser obtido através da interligação entre as disciplinas e o que as mesmas impactam na vida cotidiana, não se prender exclusivamente ao currículo e sim na vivência de cada aluno, suas pequenas experiências, torna o aprendizado de fato consistente e oferece condições tanto para docentes e alunos, de avançar nos conhecimentos adquiridos, visando a real compreensão do conteúdo e não antigos métodos de armazenamento puro e simples de datas, números, nomes, etc.

Destaca ainda a questão das notas e avaliações, “Suprimir o caráter classificatório das notas e de provas e substituí-lo por uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda” (Mantoan, 2004, p. 73).

Reconhecemos a importância de utilizar as avaliações não como uma forma de “punição” ou de “segregação” dos alunos em diferentes tipos ou classes, mas como uma ferramenta para ajustar caminhos, identificar as principais dificuldades e apontar as disciplinas ou conteúdos específicos em que o aluno necessita de maior suporte. Além disso, é fundamental valorizar o conhecimento já adquirido por cada estudante, proporcionando as condições necessárias para que eles possam continuar evoluindo.

Por fim, é necessário que todos os envolvidos no processo da educação inclusiva estejam preparados para as constantes mudanças, e que haja uma grande vontade de aperfeiçoar a forma como a inclusão é exercida, pois, não podemos esquecer que além deste desafio, é necessário melhorar a educação como um todo no Brasil, e grande parte desta mudança passa por uma inclusão educacional de qualidade.

3 ESTUDO DE CASO E RELACIONAMENTO ESCOLA-FAMÍLIA

Estando acerca de pouco mais de um ano e meio trabalhando como estagiária em uma escola municipal da cidade de Sorocaba-SP, tive experiências como auxiliar de classe no qual fiquei responsável pelo acompanhamento de crianças com e sem laudos médicos, isto é, com transtornos ou déficits de aprendizagem.

Pude analisar que cada criança possui sua especificidade, ou seja, não significa que o laudo a iguale a outra que possua o mesmo diagnóstico, pois a cada dia a mesma estará com comportamentos diferentes, por exemplo, hoje, a mesma pode ter uma interação com os colegas e professores e em outras ocasiões, prefira ficar mais reclusa ou isolada de todos, tornando-se relutante em cumprir as atividades propostas, mesmo que já com certas adaptações a sua realidade. Isto reforça o papel dos educadores, a qual me incluo neste contexto, em que devemos ter paciência, afetividade, respeito, compreensão e sobretudo, grande motivação em querer fazer a diferença na vida deste estudante, tentando ao máximo buscar seu desenvolvimento global, respeitando o ritmo e as dificuldades de cada um.

A seguir, irei relatar dois casos de estudantes, no qual uma das crianças acompanhei no ano passado e outra, neste ano. Ambos são meninos, possuindo respectivamente 6 e 7 anos.

Caso 1 Para preservar sua identidade, chamarei a criança de José. Tive a oportunidade de acompanhá-lo ao longo de um ano letivo inteiro, enquanto cursava o 1º ano do Ensino Fundamental I em 2024. Embora não tenha um laudo médico que indique algum transtorno específico, José possui um diagnóstico de epilepsia e apresenta sinais visíveis de deficiência física. Um leve desalinhamento em um de seus pés compromete parcialmente sua locomoção, sua visão é afetada pelo estrabismo em um dos olhos e, sua fala é limitada caracterizada por uma dicção pouco clara.

Quanto à interação social com as pessoas, tanto com os colegas quanto com as educadoras e funcionários da instituição, o mesmo demonstra gentileza e respeito. Seu momento preferido de sua rotina escolar é a “hora do lanche”, no qual o mesmo sempre repete as refeições, demonstrando que em sua residência pode haver uma precariedade de alimentos, pois a primeira pergunta que faz ao chegar à escola é, “Tem papa hoje?”, somente após a refeição ele consegue produzir em relação ao conteúdo pedagógico proposto.

Referente ao seu nível de aprendizado, o mesmo se encontra na etapa “garatuja” (Quando a criança possui somente o grafismo de rabiscos e expressões criativas como desenhos simples), não reconhecendo cores e as letras do alfabeto. É um estudante participativo, porém possui uma aprendizagem lenta devido as suas próprias limitações, mas com grande potencial de evolução em sua capacidade de aprender. Contudo, seu desenvolvimento acaba sendo prejudicado pelo alto índice de falta às aulas.

Visando o seu melhor desenvolvimento em sala de aula, a docente trouxe materiais adaptados como lápis com maior grossura para melhorar seu desenvolvimento motor fino, caderno com pautas mais espaçadas e atividades lúdicas diferenciadas para que o mesmo pudesse ter uma maior facilidade de aprendizado. Sua família possui recursos financeiros e intelectuais altamente limitados, com um dos pais analfabeto, tendo vários filhos além do estudante em questão e, muitas vezes não reconhecem a importância de uma frequência escolar mais assídua.

Visualizando esta precariedade na vida familiar, a instituição de ensino tentou viabilizar meios de auxiliar, como por exemplo, a disponibilização de conselheira tutelar para assessorá-lo multidisciplinarmente, com médicos e profissionais destinados a descobrir as causas de problema de aprendizagem, pleiteando um melhor acompanhamento em termos gerais. Infelizmente, pela própria situação dos pais, os mesmos não buscaram as alternativas ofertadas, comprometendo o futuro da criança.

Caso 2 Para preservar sua identidade, chamarei a criança de Pedro, a quem venho acompanhando desde o início deste ano (2025). Ele está atualmente no 2º ano do Ensino Fundamental I. Pedro possui um laudo médico que confirma o diagnóstico de autismo de suporte 2. Sua fala é limitada, e ele faz uso de óculos com alto grau de correção. Além disso, recebe acompanhamento multidisciplinar e realiza terapias regularmente, além de utilizar medicamentos controlados. Apesar dessas condições, não apresenta nenhuma deficiência física ou comprometimento na locomoção. Em relação à sua socialização com os colegas e demais funcionários da escola é limitada, porém não é agressivo. Possui uma grande resistência em permanecer no ambiente escolar, por isso, em algumas ocasiões, é acometido por crises, desregulando seu estado emocional, levando-o a tentar se evadir, com dificuldade de permanecer por muito tempo em sala de aula, frequentemente manifestando comportamentos como gritos ou corridas pelas dependências da instituição. Pede sempre para que liguem

para sua mãe ou avó virem busca-lo, mostrando um forte apego a seu ambiente familiar. Para que o mesmo permaneça na escola, utilizamos estratégias para acalmá-lo, como por exemplo, leva-lo a um aquário localizado no pátio e com conversas em tom de voz mais brando e segurando sua mão para dar-lhe segurança com o intuito de fazê-lo voltar a uma estabilidade emocional.

Referente ao seu nível de aprendizado, é alfabetizado, tendo desenvoltura para ler (desde que não seja em voz alta) e escrever. Possui hiperfoco em matemática (facilidade para lidar com números) e astronomia. Gosta muito de livros em geral. Para melhorar seu desenvolvimento em sala de aula, a docente traz atividades adaptadas, voltadas aos seus interesses e de recorte para melhorar seu desenvolvimento motor.

Sua família demonstra possuir boas condições intelectuais e financeiras, estando plenamente ciente de seu caso e demonstrando preocupação com sua frequência escolar e permanência no ambiente escolar. Diariamente, ao final do dia, eles procuram saber sobre seu comportamento, reforçando uma parceria ativa com a instituição de ensino e intervindo quando necessário para corrigir possíveis problemas. Observa-se que a família busca auxiliá-lo em sua evolução global, mantendo um alinhamento constante com a escola, tratando-a como uma extensão de seu cotidiano e garantindo um suporte efetivo para seu desenvolvimento.

Analisando estes dois casos, podemos perceber a importância do engajamento das famílias em benefício do estudante. Independentemente das condições sociais das mesmas, é imprescindível que as instituições de ensino orientem e demonstrem aos pais e demais familiares que todas as crianças possuem direitos, sobretudo as que necessitam de apoio especial. Os casos onde ocorrem resistência ou preconceito, devem ser tratados com mais afinco pelas instituições, convencendo as famílias de que as condições especiais não necessitam ser um peso e sim, de mais afetividade e apoio, para que a criança possa se sentir sempre segura e por fim, se desenvolver no seu ritmo.

3.1 Aprendizagem significativa e a afetividade

A aprendizagem significativa sugere que o educador deve respeitar o meio no qual a criança vive, sua cultura, suas experiências e principalmente aquilo que já foi aprendido. O professor deve ter o extremo cuidado em não criar conceitos que sejam

totalmente alheios ao estudante, mas procurar sempre associar fatos referentes a sua experiência e assim, juntar novos conhecimentos aos já existentes, tornando o aprendizado mais tangível e interessante, sendo para a criança útil em seu dia a dia.

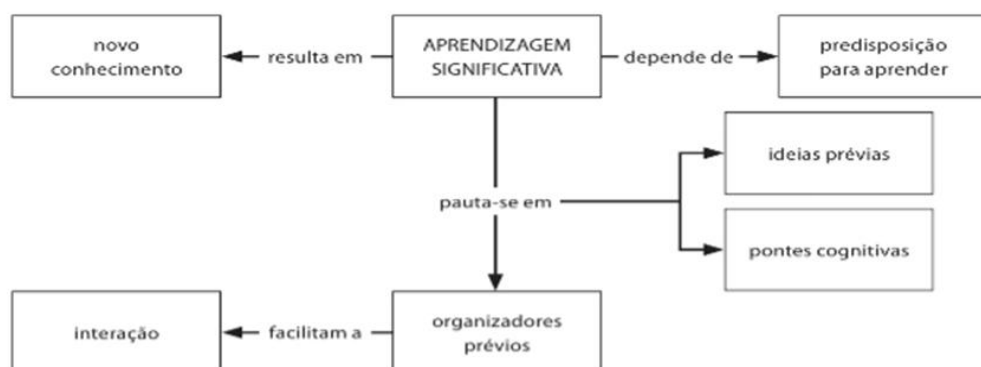
Segundo Moreira; Masini (1982), o conceito de aprendizagem significativa é concebido através do psicólogo David Paul Ausubel, que foi o criador deste conceito, no qual explicita que o mesmo traz a relação da aprendizagem com o saber já adquirido pela criança. Ele propõe também que o ambiente permita a criança gostar do novo, propondo desafios nos quais o aluno possa participar e com isso ter a vontade de aprender, tudo isso vai de encontro ao antigo conceito de aprendizagem mecânica, sem correlações, apenas informações repassadas e muitas vezes em métodos de memorização que pouco agregam no real saber.

Uma forma de obtenção da aprendizagem significativa que Ausubel evidencia é o uso de mapas conceituais, que relacionam conceitos a serem aprendidos, assimilados pelos estudantes, para que os mesmos possam construir significados e interligar o que já possuem com o novo, fazendo com que haja de fato uma aprendizagem qualitativa.

Segundo Moreira; Masini (1982, p. 45) os mapas conceituais “podem ser vistos como diagramas hierárquicos que procuram refletir a organização de uma disciplina ou parte de uma disciplina”.

De acordo com Nogueira; Leal (2018) o mapa conceitual auxilia tanto os docentes, quanto os estudantes na aquisição de novos saberes, a seguir, um exemplo de mapa conceitual, elencando a própria aprendizagem significativa:

Figura 1. Modelo de mapa conceitual (aprendizagem significativa)



Fonte: NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 3. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Notamos pelo mapa conceitual acima, que a aprendizagem significativa somente ocorre se o aluno for motivado ou estimulado a aprender, com uso de ferramentas para progressão em seu aprendizado, utilizando as ideias prévias, ou seja, aquilo que o estudante já conhece e as pontes cognitivas, isto é, as associações dos conceitos aprendidos para acrescentar e formar novos. Os organizadores prévios são conceitos usados para ancorar velhos e novos conceitos, como o uso das comparações, facilitando a interação do estudante, seja com os professores, colegas ou a família.

O artigo do III Congresso Nacional de Educação (CONEDU) “Aproximações da Teoria da Aprendizagem Significativa e a Educação Especial e Inclusiva”, cita que o aluno pode também opinar sobre o conteúdo a ele passado, principalmente se o mesmo não está conseguindo absorvê-lo, independentemente de suas necessidades ou déficits.

Um ponto de vista recorrente nas instituições escolares, pode ser observado no artigo dos autores Da Silva; Coutinho (2021), mostrando a realidade de muitas crianças das quais as famílias delegam toda a responsabilidade da educação, valores morais e desenvolvimento das mesmas exclusivamente na escola, sendo um grande desafio, pois muitos profissionais de educação necessitam de um maior preparo para acolher corretamente estes estudantes, fazendo com que haja a necessidade de uma formação continuada para poder atender todos os aspectos que uma criança com transtornos ou déficits possa apresentar, gerando vários questionamentos e desafios a serem cumpridos com objetivo de diminuir a natural exclusão que o ambiente traz, muitas vezes pela pressão da própria família.

Conforme analisado no artigo mencionado, essa questão gera grande insegurança no meio educacional. Muitos profissionais da educação não se sentem preparados para atender às demandas específicas de cada aluno, considerando as suas singularidades e necessidades individuais.

De acordo com Arieta, Bins (2021), ressaltam não somente a importância do professor neste processo de inclusão na aprendizagem, mas trazem também a figura do orientador educacional como agente de transformação e apoio aos docentes e responsáveis pelos estudantes, mostrando que a parceria entre os pares deve envolver também toda a equipe escolar, para que de fato ocorra uma melhor qualidade de ensino e acolhimento a estes alunos.

Quanto ao aspecto curricular, é necessário adaptar os conteúdos a realidade de todos os alunos, sobretudo aqueles com necessidades especiais e que esta tarefa envolve toda a instituição e não apenas o professor e ainda reforça que as mudanças no conteúdo só são satisfatórias quando atendem as especificidades de cada aluno. Minetto (2008).

Segundo as autoras Mendes; Leal (2023), a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, na qual a escola é um complemento do que o aluno aprende em casa, mesmo este possuindo necessidades especiais, enfatizando que quando há afetividade neste processo, ele se torna mais confiante, desde a socialização entre os pares até o seu interesse em aprender mais, facilitando o seu desenvolvimento cognitivo, social e psicomotor. Também cita que famílias que possuem uma maior afetividade com as crianças, fazem com que as mesmas possam seguir uma rotina mais regrada, facilitando sua adaptação ao ambiente escolar.

Conforme Wallon (2007), a criança possui fatores cognitivos, sociais e afetivos, ou seja, ela é movida a emoções nas quais ocorrem pela interação entre os pares, fazendo da interação um ponto crucial na vida da mesma. A construção do conhecimento dependerá principalmente do estado em que a criança se encontra, possibilitando a ela ou não na sua evolução de seu aprendizado. O autor refere-se a criança como um ser biológico, que mesmo com suas limitações consegue compreender o que já foi adquirido na sua consciência e os desafios a seguir em seu aprendizado, isto é, o que ela irá aprender, aliando seus conhecimentos prévios com os novos. Reforça ainda que a afetividade e o espaço que o docente oferece ao mesmo para que expresse seus sentimentos, contribui solidamente para que ele se sinta mais seguro e adquira conhecimentos com maior facilidade.

Os aspectos mencionados demonstram a estreita relação entre a afetividade e a educação inclusiva. Engajar os estudantes já representa um desafio significativo para os docentes e as instituições escolares; porém, essa tarefa torna-se ainda mais complexa quando se trata de motivar alunos com transtornos, déficits ou necessidades especiais. É preciso ter um olhar individual, e sempre recordar que todos os alunos merecem se desenvolver, mesmo que não haja recursos em abundância para tal. É necessário entender que o professor deve ter seu papel focado sempre na humanização, pois apenas assim os conhecimentos de todos os estudantes serão aperfeiçoados e também o lado social será contemplado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é direito constitucional e garantido por diversas leis que foram sendo cada vez mais abrangentes com o passar do tempo, porém o maior desafio é fazer com que ela aconteça na prática, pois grande parte das instituições de ensino, dada a realidade social de nosso país, possui recursos limitados para acolher os estudantes com condições especiais, seja por falta de infraestrutura das escolas e até mesmo de equipe multidisciplinar para um melhor acompanhamento e apoio ao docente.

Segundo Mantoan (2003), é necessária uma formação continuada tanto para docentes como para gestores das instituições de ensino, pois há uma demanda crescente de casos de estudantes com transtornos ou déficits e com isto, não há profissionais suficientes para acolher e aprimorar seu aprendizado e também integrá-los ao meio social da escola. Porém, a autora enfatiza que não deve ser uma formação como as demais que são ministradas aos docentes, mas sim, com a citação de casos concretos e um enfoque mais humanista, pois sabemos que cada criança aprende no seu ritmo. Assim, os docentes devem focar na integração dos mesmos, sendo eles ditos “normais” ou laudados, sendo realmente inclusiva.

Para equiparar o conhecimento e aprendizagem entre todos os estudantes, são necessárias estratégias, das quais:

- Conhecer o que o aluno já aprendeu;
- Fazer uma anamnese, isto é ter ciência do transtorno ou déficit, saber se o mesmo está ou não com laudo médico, verificar o histórico comportamental, sobretudo se o mesmo é oriundo de outra instituição escolar;
- Trazer atividades adaptadas não pelo laudo, mas pela condição individual da criança, a qual foi colhida na anamnese;
- É importante o docente fazer um portfólio, isto é, constantes relatórios sobre o dia a dia do estudante, principalmente no que diz respeito a sua evolução de aprendizagem;
- Trabalhar em conjunto a coordenação pedagógica para criar planos de ação para equiparação de conhecimentos;

- Focar sempre na afetividade, para que o aluno seja respeitado e se sinta pertencente ao meio escolar e se sinta seguro para evoluir no seu ritmo;
- Buscar parceria com a família do aluno, procurando entender sua realidade social, para que os mesmos compreendam que o lar pode ser uma extensão daquilo que é aprendido na instituição de ensino.

Referente ao estudo de caso realizado, no primeiro citado, notamos um avanço pedagógico, mesmo com os desafios que sua condição social e sobretudo cognitiva impõe, pois percebe-se que mesmo em um ritmo um pouco mais lento, o estudante consegue adquirir novos conhecimentos, porém o que o impede sua maior evolução, é a parceria da família com a escola, pois os pais são ausentes de seu cotidiano escolar. No segundo caso, há uma evolução mais rápida, pois, a família busca auxílio externo (terapia com psicólogos, atendimento educacional especializado – AEE entre outros) ao ambiente escolar, visando equiparar seu aprendizado aos demais. Os pais deste estudante possuem uma participação efetiva no cotidiano escolar.

Desta forma, o estudo demonstra na prática o quão é fundamental engajar as famílias, oferecendo atendimentos específicos que não apenas incluam docentes e coordenação, como também psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais entre outros, para que tenham um real conhecimento de seus direitos e de como acolher da melhor forma estas crianças, sendo além da escola, agentes de estímulo para a evolução das mesmas.

Os pontos citados acima, visam possibilitar a aprendizagem significativa dos estudantes, não apenas os que possuem transtornos ou déficits, mas de todos em geral. É preciso entender que cada membro da comunidade escolar precisa estar engajado em melhorar a vida do estudante, tendo ciência de que é possível fazer a diferença mesmo com as limitações que o meio impõe. Que todos, sem exceção merecem evoluir, e que mais do que estudantes, devemos formar cidadãos.

De acordo com Wallon (2007), a afetividade se constitui numa facilitadora para que o estudante consiga absorver de forma mais eficiente, seu aprendizado, bem como evoluir em seu aspecto sócio emocional, ou seja, todas as alternativas que foram citadas para uma melhor aprendizagem significativa surtem mais efeito quando olhamos para a criança com um olhar humanizado e individualizado, respeitando os sentimentos e emoções das mesmas, sobretudo as que necessitam de um maior apoio, pois cada indivíduo é único e possui suas singularidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jânio Alexandre De et al. **Aproximações da teoria da aprendizagem significativa e a educação especial e inclusiva**. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20273>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ARIETA, Mariana de Souza; BINS, Katiuscha Lara Genro. Orientação Educacional e Inclusão: Interfaces e itinerários na construção de uma cultura inclusiva. **Caderno Marista de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e40790, 2021. DOI: 10.15448/2763-5929.2021.1.40790. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/caderno-marista-de-educacao/article/view/40790>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em 27 abr. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

DA SILVA, J. C. B.; COUTINHO, D. J. G. Educação inclusiva: Perspectiva e desafios da família / escola no processo de ensino aprendizagem ensino fundamental / Inclusive education: perspective and challenges of the family / school in the process of teaching learning elementary school. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 111705–111721, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-113. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/40666>. Acesso em: 15 set. 2024.

Fonseca, Vitor da. **Modificabilidade cognitiva: abordagem neuropsicológica da aprendizagem humana**. São Paulo: Editora Salesiana, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Celine Aparecida Nastroga; LEAL, Débora Araújo. A construção do ambiente afetivo: a importância da família para a inclusão de discentes com deficiência ou necessidades educacionais no contexto escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 3372–3384, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11423. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11423>. Acesso em: 15 set. 2024.

MINETTO, M. de. **Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio.** Curitiba: IBPEX, 2008.

MOREIRA, Marco Antonio e MASINI, Elcie Aparecida F. Salzano. **Aprendizagem significativa:** a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. **Teorias da aprendizagem:** um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 3. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.